

SABINE GOROVITZ E
ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EDITORA



UnB

Reitora
Vice-Reitor



Universidade de Brasília

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

SABINE GOROVITZ E
ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EDITORA



UnB

**Coordenadora de produção editorial
Preparação e revisão**

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Jeane Antonio Pedrozo

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P769 Políticas e tendências de internacionalização do ensino superior
no Brasil / Sabine Gorovitz e Enrique Huelva Unternbäumen
(org.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021.
284 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-156-2

1. Ensino superior - Internacionalização - Brasil. 2. Educação -
Cooperação internacional. 3. Política linguística. 4. Redes de
cooperação acadêmicas. I. Gorovitz, Sabine (org.). II.
Unternbäumen, Enrique Huelva (org.).

CDU 378

Sumário

Apresentação	9
--------------------	---

PARTE 1

PROCESSOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO HOJE

Capítulo 1

A internalização das universidades brasileiras	15
--	----

Heitor Gurgulino de Souza

Universidade da ONU

Capítulo 2

Políticas de Integração e Cooperação Técnica de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior — perspectivas Unesco	31
--	----

Maria Rebeca Otero Gomes e Thais Guerra

Unesco

Capítulo 3

Expectativas para o crescimento do Programa MARCA MERCOSUL	45
--	----

Grasiele Reisdörfer

MEC – Programa Marca Mercosul

Capítulo 4

Educação superior brasileira: cenários e reais e possibilidades de cooperação Brasil/Goa/Índia	53
---	----

Marcos Formiga

UnB/Ceam – Núcleo do Futuro

PARTE 2

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PROL DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

Capítulo 5

Políticas del lenguaje en el campo de las ciencias y la educación superior en América Latina 73

Rainer Enrique Hamel

Universidad Autónoma Metropolitana – UAM

Capítulo 6

Plurilingüismo Académico: a intercompreensão como prática comunicativa em contexto universitário 101

Angela Erazo Muñoz

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Capítulo 7

A Língua Portuguesa em Goa / Índia: uma breve história e evolução mais recente 117

Aurobindo Xavier

Sociedade Lusófona de Goa – LSG

Capítulo 8

Missões e desafios da Agência Universitária da Francofonia (AUF) 127

Isabela de Cerqueira Silva Ospital

Agência Universitária da Francofonia – AUF

Capítulo 9

Pela diversidade linguística nas universidades: o monolingüismo do inglês em debate 135

Sabine Gorovitz

Universidade de Brasília – UnB

PARTE 3

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO, REDES E AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo 10

Universidade de Brasília e a Aliança Universitária da Região do Ruhr:
atividades e desafios 147

Stephan Hollensteiner e Fernando Oliveira Paulino

Faculdade de Comunicação – FAC/UnB

Capítulo 11

A cooperação universitária com a Alemanha e o papel do Serviço
Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) 161

Martina Schulze

Deutscher Akademischer Austauschdienst – DAAD

Capítulo 12

Internacionalización en la Organización de los
estados Iberoamericanos 173

Paulo Speller

OEI

Capítulo 13

A Cooperação Acadêmica da União Europeia com o Brasil 183

Claudia Gintersdorfer

União Européia – UE

Capítulo 14

A contribuição dos estudos latino-americanos para a
internacionalização das universidades brasileiras e para a produção
de um conhecimento global 193

Rebecca Lemos Igreja e Simone Rodrigues Pinto

Universidade de Brasília – UnB

PARTE 4

BOAS PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL

Capítulo 15

O processo de internacionalização acadêmica da Unicamp 213

Luís Augusto Barbosa Cortez

Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri)/Unicamp

Capítulo 16

Panorama da cooperação franco-brasileira em matéria de
pesquisa científica e ensino superior 235

Alain Bourdon

Embaixada da França no Brasil

Capítulo 17

Acordos internacionais entre a FAU/UnB e as
universidades estrangeiras 243

Cláudia Estrela Porto

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB

PARTE 3

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO,
REDES E AGÊNCIAS DE
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

CAPÍTULO 12

Internacionalización en la Organización de los estados Iberoamericanos (OEI)

Paulo Speller¹

Organização dos Estados Iberoamericanos

La internacionalización de la educación superior: un desafío para la comunidad educativa iberoamericana

La importancia de promover una educación superior de calidad en Iberoamérica es hoy un argumento que nadie refuta. Se afirma por ello, con frecuencia, que la educación superior es:

- un derecho fundamental;
- un evidente factor de desarrollo;
- un poderoso instrumento de cooperación;
- y una incuestionable estrategia de integración.

¹ Paulo Speller é docente em dedicação exclusiva do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Foi diretor do Instituto de Educação da UFMT (1992-1997). Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso pelo período de 2000 a 2008. Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) / Presidência da República, representante da sociedade civil (2010-2013). Membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, com mandato 2008-2012; presidente da referida Câmara (CES) no período 2010-2012. Presidente da Comissão de Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), vinculada à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) (2008-2010). Reitor pro tempore da Unilab (Port. MEC nº 936, de 21/07/2010) de agosto de 2010 a março de 2013. Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) (Port. MEC nº 212, de 26/03/2013) de 2013-2014. Titular da Cátedra UniTWIN/Unesco Educação e Inovação para Cooperação Solidária. Secretário-Geral da Organização de Estados Ibero-Americanos no período de 2015-2018.

La educación superior se ha convertido ya en un asunto nuclear de la agenda internacional

El Espacio Iberoamericano del conocimiento como ámbito de convergencia y coordinación de los esfuerzos de múltiples actores académicos, sociales y políticos. Se trata de un desafío que necesariamente debe articularse con los esfuerzos de la agenda internacional post 2015.

Las iniciativas de movilidad académica son una buena muestra de cómo avanzar en procesos de integración a través de la construcción de ciudadanía. La experiencia de otras regiones —como la Unión Europea— da buena cuenta del papel de la movilidad académica en tanto herramienta para la construcción de un espacio común del conocimiento. La movilidad internacional de estudiantes, profesores e investigadores promueve beneficios de todo tipo —académicos, sociales y económicos— y contribuye a fomentar sentimientos de pertenencia que van más allá de lo académico para impactar directamente en el tejido social. Es por ello que en la XXIV Cumbre Iberoamericana, celebrada en Veracruz en 2014, los jefes de estado y de gobierno decidieron crear la “Alianza por la Movilidad Académica”, capaz de articular la enorme constelación de experiencias y programas de movilidad en el ámbito iberoamericano. Entre ellos, cabe destacar el proyecto Paulo Freire como iniciativa innovadora que se orienta a favorecer la movilidad e intercambio de los futuros docentes.

Su acción de cooperación en este terreno — en el marco de la “Alianza para la Movilidad Académica” se asienta en varias actuaciones de las que se pueden destacar tres:

Programa de Intercambio y Movilidad Académica (PIMA)

Es el decano de los programas iberoamericanos de movilidad, impulsado desde el año 2000 con el apoyo de la Junta de Andalucía. Desde su origen se ha centrado en el desarrollo de movilidades semestrales de grado (o pregrado), realizando cerca de 2.000 movilidades organizadas en diferentes redes temáticas correspondientes a 66 universidades.

Programa Cumbre Pablo Neruda

Impulsado desde el año 2008, su actividad se ha centrado en el desarrollo de movilidades cortas de postgrado (estudiantes, profesores e investigadores). En sus tres convocatorias se han desarrollado en torno a 500 movilidades participando 59 universidades de doce países diferentes de la región.

Programa Paulo Freire

Aprobado por la Cumbre Iberoamericana de Presidentes de Veracruz de 2014, este proyecto promueve la movilidad de alumnos universitarios que cursan estudios de grado y de posgrado en carreras que conducen al ejercicio de la profesión docente nutrido de países iberoamericanos.

- Laboratorios Iberoamericanos
- Acuerdos con la misma UnB incluyendo la reciente movilidad de residencia de artistas
- Con Andifes, Finep, Fiocruz, Ebserh, otros existentes
- Con Conif – IPBeja / Teknika – País Vasco
- (conviene actualizar el listado de las 3 últimas referencias con OEI Brasil)

La educación superior en el proyecto Metas 2021

La educación superior ha experimentado un crecimiento espectacular en Iberoamérica durante las últimas décadas. Han comenzado a adoptarse nuevas políticas en este campo, tales como las relativas a acreditación de títulos e instituciones, revisión de los estudios ofrecidos, internacionalización de las universidades o diseño de políticas orientadas a lograr una mayor equidad en este nivel educativo.

“Educación 2030”, parte integral de la agenda de desarrollo sostenible

Retos que plantean las nuevas estrategias internacionales post 2015 definidas en torno a los objetivos de desarrollo sostenible (ODS) —“Garantizar una educación inclusiva, equitativa y de calidad, y promover oportunidades de aprendizaje durante toda la vida para todos”—, en el entendido de que se trata de un objetivo “transformador y universal”. De igual modo, hubo un compromiso explícito para implementar el Marco de Acción “Educación 2030”, como guía para asegurar que la agenda será cumplida.

La OEI es el organismo de carácter regional presente e el Steering Committee del ODS 4.

Retos presentes:

En cuanto a la calidad y transparencia de las Instituciones de Educación Superior (IES)

- La mejora de la calidad de las IES es un elemento al que se le está prestando cada vez más atención, dado su creciente papel para

contribuir al desarrollo social, económico y cultural de una sociedad más equitativa y próspera.

- Las IES dedican esfuerzos y recursos para planificar, medir y mejorar su calidad. Ello implica disponer de información válida y fiable que permita tomar decisiones.
- Existe una demanda social creciente de transparencia y de responsabilidad hacia las instituciones universitarias. Los ciudadanos quieren conocer para elegir. La información se convierte en un elemento esencial en el nuevo escenario de la Educación Superior de este siglo.
- La ciudadanía —y también los decisores— tiene gran interés en saber, entender e intercambiar conocimientos con el mundo académico.
- El contexto universitario ha conocido importantes transformaciones (entornos más dinámicos) en el último período, favoreciendo la aparición de iniciativas orientadas a dar respuesta a nuevas necesidades de información.
- Para el abordaje de iniciativas orientadas a mejorar la calidad y transparencia de las IES se debe, desde el punto de vista técnico, diferenciar entre el ámbito universitario y el de otras instituciones de educación terciaria.

En cuanto a la construcción de sistemas de información

- Para todo ello, es conveniente disponer de sistemas públicos de información que brinden datos lo más objetivos posible, que permita la comparabilidad entre instituciones, y que estén alineados con la política y objetivos estratégicos de las propias IES.

- Para la relación de las IES con la sociedad, un buen sistema de indicadores forma parte de las estrategias de rendición de cuentas y de generación de confianza.
- Un buen sistema de información debe ayudar a mejorar la gestión del conocimiento; así como favorecer la conexión entre el conocimiento académico, el mundo de la producción, el trabajo y la vida social.
- La finalidad de un sistema de información debe ser utilizar herramientas para la mejora de la calidad y la pertinencia de las IES.
- Un sistema de información facilita la comparación de la calidad y el análisis de casos de buenas prácticas, permitiendo así el diseño de políticas universitarias basadas en el análisis real de resultados y facilitando la transparencia de los sistemas de educación superior.
- Cabe señalar la habitual complejidad para la formulación de indicadores de educación superior dada, entre otras razones, la dificultad y no disponibilidad de los datos.
- Un sistema de información no presupone en absoluto la elaboración de rankings. El objetivo esencial de un sistema de información es establecer perfiles institucionales y elaborar indicadores que sean factibles para todas las instituciones participantes.
- Los rankings se basan en una selección de indicadores que reduce la complejidad de las organizaciones, al definir como indicadores pertinentes sólo algunos rasgos de sus IES dejando de lado muchos, que deben ser reconocidos para tomar buenas decisiones.
- La relevancia social de los indicadores se comprueba con la excesiva valoración que se está haciendo de algunos rankings que han adquirido una gran visibilidad social y política —y en buena

medida injusta— ya que existen importantes sesgos en estos rankings, siendo el principal la valoración casi exclusiva de la producción científica académica como único criterio de calidad.

Dos iniciativas OEI:

En cuanto a las redes universitarias

- Las nuevas tendencias de la cooperación internacional en educación superior están privilegiando la multilateralidad sobre la bilateralidad, la horizontalidad (cooperación sur-sur) sobre la verticalidad.
- En este sentido, las redes universitarias cumplen un papel central: la articulación de espacios de cooperación entre instituciones de educación superior de los distintos países de Iberoamérica.
- La OEI busca potenciar la cooperación en red, con el desarrollo del CAEU hacia fórmulas orientadas a promover formación especializada de personas vinculadas a las políticas públicas educativas (docentes, directivos de centro, funcionarios, etc.), a través de la cooperación en red entre universidades.
- Se trata de una red académica dentro de un organismo de cooperación técnica, lo que implica una aproximación solidaria y cooperativa al fenómeno del desarrollo educativo, científico y cultural.
- Una red que permita promover titulaciones compartidas entre instituciones de educación superior de distintos países.
- Estamos frente al desafío de crear una red de redes que pueda implicar tanto a centros de educación superior como a administraciones educativas. Una red que permita promover titulaciones compartidas entre instituciones de educación superior de distintos países.

- La demanda presente para constituirse en una instancia coordinadora de redes universitarias que se apoya en las capacidades existentes en las propias instituciones de educación superior. Proponer una red de universidades asociadas a un organismo intergubernamental de cooperación técnica. Lo que resulta una combinación inédita y muy promisorio.
- Una propuesta en esta perspectiva significa consolidar un espacio para desarrollar acciones formativas de calidad (compartidas por distintas instituciones de educación superior de diversos países) y también para promover intercambios de saberes y prácticas entre instituciones de la región, mediante la circulación de sus estudiantes, docentes o investigadores. En los dos casos —formación compartida y movilidad académica— se precisa facilitar la acreditación y el reconocimiento mutuo de los estudios.
- En el espacio Mercosur hemos desarrollado desde 2008 una interesante experiencia con la creación de un sistema de acreditación de las carreras universitarias (ARCU-SUR). Ello nos ha permitido asegurar el conocimiento recíproco, la movilidad y la cooperación solidaria entre las respectivas comunidades académico-profesionales.
- ARCU-SUR nos ha permitido también que, al día de hoy, tengamos alrededor de 300 carreras acreditadas de ocho países así como contar con un programa de movilidad académica (MARCA) para las carreras acreditadas, que funciona bajo un formato de redes de estudiantes y de docentes.
- Para todo ello, ha sido muy importante la creación de la Red de Agencias Nacionales de Acreditación (RANA), cuyo espíritu de funcionamiento en términos de cooperación solidaria ha ayudado a

consolidar el sistema y a favorecer la creación o el fortalecimiento de agencias o comisiones más débiles de países con menor desarrollo relativo en la materia.

- Avanzar progresivamente en la definición de criterios e instrumentos que permitan la creación —junto a las unidades especializadas de los países— de un Sistema iberoamericano de acreditación de títulos.
- Tal como hemos realizado en el caso de Mercosur, la OEI puede poner en diálogo a las agencias nacionales de acreditación de Iberoamérica; lo que además implica desarrollar un tipo de cooperación horizontal (cooperación sur-sur) para fortalecer aquellas que tienen un menor desarrollo relativo en términos institucionales o técnicos.

Referencias recomendadas

ALBORNOZ, M. *et al.* *El Estado de la Ciencia: Principales Indicadores de Ciencia y Tecnología*. Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad (OCTS-OEI). Iberoamericanos / Interamericanos, Madrid, España. Disponible: <http://www.oei.es/iesme.php>. 2016.

ALBORNOZ, M. *et al.* *Manual iberoamericano de indicadores de vinculación de la universidad con el Entorno socioeconómico* — Manual de Valencia. Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad (OCTS-OEI), Madrid, España. <http://www.oei.es/iesme.php>. 2017.

OEI. *Miradas sobre la Educación en Iberoamérica 2016*. Avances en las Metas Educativas 2021. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) Instituto de Evaluación (IESME) de la OEI Bravo Murillo, Madrid, España. <http://www.oei.es/iesme.php>.

A internacionalização das universidades é inevitável, e as instituições começam a implementar suas políticas e estratégias, influenciadas pelas dinâmicas acadêmicas internacionais, pelas políticas governamentais nacionais, regionais e mundiais. O desafio é manter o foco nas questões e necessidades locais, beneficiando-se de competências internacionais. Deve ser definida de acordo com o perfil das instituições e das necessidades das suas comunidades, com potencial para melhorar o ensino e a pesquisa localmente produzida de modo a fomentar o crescimento sustentável da região, em diálogo constante com o contexto global e valores compartilhados em projetos acadêmicos de temáticas transversais, multidisciplinares e interinstitucionais, a fim de estruturar uma rede territorial de cooperação acadêmica. É mais um instrumento para fomentar o diálogo entre atores da internacionalização acadêmica. Esta obra apresenta reflexões sobre as políticas de internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil; foca na questão do pertencimento e da atuação em redes internacionais de pesquisa e de diálogo acadêmico; as políticas linguísticas em prol da internacionalização também são objeto de ampla reflexão, aliando-se a sugestões de boas práticas como duplas titulações e eficientes modelos de mobilidade baseados em simetria e reciprocidade. Apresenta discussões voltadas aos programas de cooperação acadêmica e às parcerias consolidadas entre universidades e órgãos internacionais. Boa Leitura!